

## **INCLUSÃO E EDUCAÇÃO: OS DEBATES CONTRA O CLASSISMO/ETARISMO E A INSERÇÃO DOS IDOSOS NO CENÁRIO SOCIOEDUCACIONAL**

Carlos Matheus Matos Santos dos Santos<sup>1</sup>

Paula Cristina Luz Ferreira<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo aborda as dificuldades enfrentadas pelas pessoas idosas no contexto do ambiente educacional, considerando a interconexão entre as problemáticas do Classismo e Etarismo. O preconceito etário no Brasil é uma realidade que se manifesta em diferentes âmbitos, incluindo nas famílias, órgãos governamentais e, principalmente, no mercado de trabalho. Analisamos também como a relação entre preconceito de classes e discriminação etária afeta a saúde e o desenvolvimento dos mais velhos, pois a etarismo é uma forma de preconceito que se baseia na criação de estereótipos, o que se torna um obstáculo àqueles que querem retornar aos estudos, especialmente quando não há recursos e incentivo à políticas específicas de acolhimento e permanência da pessoa idosa na área educacional.

**Palavras-chave:** Idadismo; Classismo; Educação; Envelhecimento.

**Abstract:** This article addresses the difficulties faced by elderly people in the context of the educational environment, considering the interconnection between the problems of Classism and Ageism. Ageism in Brazil is a reality that manifests itself in different areas, including families, government agencies and, mainly, the job market. We also analyze how the relationship between class prejudice and age discrimination affects the health and development of older people, as ageism is a form of prejudice that is based on the creation of stereotypes, which becomes an obstacle for those who want to return to studies, especially when there are no resources and incentives for specific policies for welcoming and permanence of elderly people in the educational area.

**Keywords:** Ageism; Classism; Education; Aging.

### **INTRODUÇÃO**

A priori, este artigo tem como objetivo abordar as dificuldades de idosos ao retornar aos ambientes educacionais, para isso, será levado em consideração que o Classismo, que é o preconceito e discriminação direcionados a uma determinada classe social, e o Etarismo, nome que se dá às práticas discriminatórias contra uma pessoa com base em sua idade, são temas que estão diretamente interligados, abordaremos a importância de se discutir essa temática atualmente trazendo ao debate a visão de autores e pesquisadores experientes da área sobre envelhecimento humano, a fim de mostrar

---

<sup>1</sup> Graduando em Serviço Social na Universidade Federal do Pará. E-mail: carlosmatos.matheus1@gmail.com.

<sup>2</sup> Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Pará. E-mail: p.cristinao202@gmail.com.

como a relação entre preconceito de classes e discriminação etária afeta não só a saúde como o desenvolvimento dos mais velhos, quando os mesmos não possuem políticas específicas para acolhimento e permanência na área educacional.

Segundo Goldani (2010, p. 413), assim como em outras sociedades ocidentais, o preconceito etário no Brasil se manifesta em diversas esferas, incluindo famílias, órgãos governamentais e, especialmente, o mercado de trabalho. Muitas vezes, a discriminação por idade passa despercebida e afeta principalmente as pessoas mais velhas. Um exemplo disso é o fato de que a maioria dos programas e regulamentos governamentais (Sampaio; Navarro & Martín, 1999) é direcionada especificamente para pessoas consideradas "empregáveis", o que exclui outros grupos etários. Além disso, essas políticas podem ser ainda mais restritivas com base em gênero, raça ou deficiência. A autora ainda cita Erdman Palmore, que afirma que o preconceito etário é considerado um dos preconceitos supremos, ao lado do racismo e do sexismo, pois também se baseia na criação de estereótipos.

Segundo o relatório mundial da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre o Idadismo (2022, p. 17), publicado pela Organização Pan-Americana da Saúde, é um fenômeno que se inicia na infância e se fortalece ao longo do tempo. Embora os pensamentos e atitudes relacionados à idade não sejam prejudiciais por si só, a discriminação ocorre quando esses padrões são reforçados e naturalizados. Goldani, em sua obra "Desafios do preconceito etário no Brasil", destaca que o uso da idade cronológica para categorizar pessoas resulta na negação sistemática de recursos e oportunidades a certos grupos, causando prejuízos significativos.

Como dito anteriormente, o idadismo muitas vezes interage e acompanha outras formas de estereótipos e preconceitos, como o racismo, sexismo e capacitismo, o que, somados, resultam em consequências negativas para a saúde e bem-estar dos indivíduos. Nesse caso, abordaremos o etarismo contra pessoas idosas relacionado ao preconceito e discriminação de classe, o classismo, e como essa intersecção afeta o acesso e a permanência desse grupo, especialmente os mais pobres, no contexto educacional.

## **INCLUSÃO EDUCACIONAL: REFLEXÃO SOBRE ETARISMO E CLASSISMO.**

Em entrevista para o Centro de Referência em Educação Integral (2019), Maria Lacerda diz que no Brasil, a correlação de indivíduos com o meio educacional se espelha na renda no qual a pessoa possui, e, portanto, existe a desigualdade de acesso ao sistema educacional e o acesso a padrões diferentes de ensino, quando estudantes possuem condições desiguais de ofertas educacionais, o que deveria ser igual para todos. Em outras palavras, o salário que garante necessidades básicas, como alimentação e contas pagas, também proporciona uma educação privilegiada. Isso resulta em desigualdade de conhecimento adquirido. Portanto, não há ascensão social quando apenas uma classe detém o acesso à uma educação de qualidade, deixando para trás indivíduos que recebem o necessário apenas para sua subsistência, impactando sempre sobre os mais pobres, negros e periféricos. No contexto educacional, o classismo se manifesta de várias maneiras, como a discriminação de alunos de classes sociais mais baixas por professores ou colegas, a falta de recursos em escolas de áreas pobres e a dificuldade de acesso ao ensino superior para alunos de baixa renda. Além disso, o idadismo também afeta o ambiente educacional, discriminando alunos idosos e dificultando a adaptação das escolas para necessidades especiais.

Ante o exposto, este estudo justifica-se devido aos altos índices que mostram que uma grande parcela de idosos não possuem acesso à educação no país. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, 8,4% dos idosos brasileiros não sabiam ler nem escrever. Além disso, apenas 6,5% dos idosos com 65 anos ou mais tinham ensino superior completo. Esses dados demonstram como o preconceito de idade, principalmente direcionado aos idosos, se mostra um problema sério no Brasil, que pode prejudicar seu acesso à educação de qualidade e o seu desenvolvimento. Portanto, a pesquisa sobre classismo e idadismo na área da educação se faz necessária para melhor compreensão de como essas formas de discriminação podem se manifestar no contexto educacional e quais suas consequências e impactos, para assim, a partir dessa compreensão, possibilitar o desenvolvimento de estratégias de combate a discriminação

e também da promoção à equidade e a justiça social, estratégias que não fiquem apenas no papel, mas que adentrem na matriz curricular escolar para sua maior reprodução.

No meio de trabalho e/ou educacional, o preconceito etário se manifesta como limitação da idade, frequentemente acompanhada de frases como “você não tem idade para isso”. Um exemplo ilustrativo ocorreu em uma universidade particular de Bauru (SP), onde uma estudante de 44 anos foi ridicularizada por três jovens colegas da mesma sala de aula. Esses colegas gravaram um vídeo comentando que “ela tem 40 anos e deveria estar aposentada”, revelando atitudes etaristas. Tal situação evidencia os desafios enfrentados por pessoas que buscam recuperar anos de estudos atrasados, mas encontram obstáculos por parte dos próprios integrantes do meio educacional. É crucial reconstruir a concepção do conhecimento como algo libertador.

Além disso, a desigualdade educacional no Brasil está frequentemente associada a falácias meritocráticas da sociedade capitalista. O acesso à educação é muitas vezes visto como um privilégio, e aqueles que não conseguem acessar os espaços educacionais são considerados indignos de uma realidade melhor. Esse estereótipo está enraizado em fatores históricos, econômicos e culturais e a recente pandemia da Covid-19 agravou essa assimetria social, como consta no site da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP, 2023), a pandemia deu margem para o sistema educacional do país aumentar a disparidades raciais, sociais e locais, sendo um dos problemas estruturais dessa situação a falta de acesso a internet para assistir as aulas online, que conseqüentemente gerou um dos maiores problemas na educação, o abandono escolar.

Ao analisarmos essas disparidades, foi possível confirmar o que disse Palmore sobre o preconceito etário acompanhar outras formas de discriminação. No site da Agência de Notícias do IBGE, 2022, esclarece uma estatística da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD), sobre a taxa de analfabetismo entre pretos e pardos ter caído em 2022 para o menor nível (7,4%) histórico desde 2016, mas ainda é mais do que o dobro da registrada entre brancos (3,4%). De 2019 para 2022, a taxa de analfabetismo entre as pessoas pretas ou pardas de 15 anos ou mais recuou de 8,2% para 7,4% no país. Foi a primeira vez que o indicador ficou abaixo de 8%. Como consta no artigo

“Educação 2019”, pesquisado pelo PNAD, faz a seguinte afirmação sobre o analfabetismo como consequência de uma desigualdade na educação:

Nota-se que, no Brasil, o analfabetismo está diretamente associado à idade. Quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de analfabetos. Em 2019, eram quase 6 milhões de analfabetos com 60 anos ou mais, o que equivale a uma taxa de analfabetismo de 18,0% para esse grupo etário. Ao incluir, gradualmente, os grupos etários mais novos, observa-se queda no analfabetismo: para 11,1% entre as pessoas com 40 anos ou mais, 7,9% entre aquelas com 25 anos ou mais e 6,6% entre a população de 15 anos ou mais. (p. 02, 2019)

Ao analisarmos os resultados apresentados, percebemos dois aspectos relevantes relacionados à alfabetização e ao analfabetismo no Brasil. Primeiramente, há um avanço significativo na aproximação das crianças com a educação, o que tem contribuído para o aumento da taxa de alfabetização neste grupo. Por outro lado, o analfabetismo ainda persiste entre os mais velhos. Segundo dados da PNAD, o número de pessoas idosas no Brasil já ultrapassa os 30 milhões (IBGE, 2017). A inserção desses idosos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é crucial para combater o analfabetismo nessa faixa etária. Além disso, a pesquisa do PNAD (2019) revela uma disparidade significativa entre pessoas brancas e pretas ou pardas no que diz respeito ao analfabetismo no Brasil. No grupo etário de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo para pessoas de cor branca atingiu 9,5%, enquanto para pessoas negras, esse índice chegou a 27,1%. Essa diferença entre grupos raciais evidencia a predominância do analfabetismo entre a população mais velha negra.

Diante do exposto, entendemos que a sociedade brasileira se mostra ainda uma sociedade preconceituosa e estratificada em diversos aspectos, o que leva a atitudes de exclusão e marginalização de grupos minoritários. Nesse sentido, trazemos como argumento à pesquisa, que os estudos existentes sobre a discriminação pela idade no Brasil, principalmente associado a idosos, carecem de uma maior abordagem sob a perspectiva de interseccionalidade na área educacional, pois o idadismo ocorre através de múltiplas discriminações (Goldani, 2010).

## **ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS NA INSERÇÃO ATIVA DOS IDOSOS: SUPERANDO ESTIGMAS EDUCACIONAIS.**

Na mesma perspectiva, trazemos ao debate, sob a concepção de Costa et. al., os resultados de pesquisa da PNAD 1998, pontuados em sua obra “Evolução das desigualdades sociais em saúde entre idosos e adultos brasileiros: um estudo baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios” (2006), como as desigualdades sociais vem aumentando em todo o mundo, o que coloca o Brasil nos índices mais elevados de desigualdade, e em de forma síncrona, cresce o número de idosos. A autora sinaliza a simultaneidade do envelhecimento populacional com o aumento das desigualdades sociais como um tema fundamental para se incluir na agenda das políticas públicas nacionais e internacionais.

“As desigualdades sociais vêm aumentando em todo o mundo, particularmente nos países em desenvolvimento. Estudo recente do Banco Mundial aponta para o aumento das desigualdades entre países, assim como dentro dos mesmos. O Brasil se coloca entre aqueles com um dos mais elevados graus de desigualdade social no mundo. Em paralelo, a população idosa experimenta um crescimento sem precedentes na história. Atualmente, encontram-se ao redor do mundo 476 milhões de pessoas com 65 anos ou mais de idade (idosos), 61% das quais vivendo em regiões em desenvolvimento e 3,6 bilhões com idades compreendidas entre 20 a 65 anos. A simultaneidade do envelhecimento populacional com o aumento das desigualdades sociais é um tema importante na agenda das políticas públicas nacionais e internacionais.” (p. 2, 2006).

Em 2019, o Brasil contava com quase 6 milhões de analfabetos com 60 anos ou mais, o que corresponde a uma taxa de 18,0% para esse grupo etário. Ao analisar as taxas nos grupos etários mais jovens, observamos uma queda no analfabetismo: 11,1% entre pessoas com 40 anos ou mais, 7,9% entre aquelas com 25 anos ou mais e 6,6% na população com 15 anos ou mais (BRASIL, 2020, p. 2). Esses resultados destacam que os idosos continuam sendo o grupo mais afetado pelo analfabetismo.

Marcos Peres traz uma reflexão sobre o analfabetismo como sendo um dos exemplos mais graves advindos da exclusão educacional e social. O autor elucida a existência de escolas que tem como missão a educação de jovens e adultos, que muitas vezes são trabalhadores e ainda assim buscam o acesso à educação, como é o caso da

Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) porém não há, especificamente, modalidades destinadas aos idosos, que possam atender particularmente às suas necessidades enquanto sujeitos sociais (PERES, 2009). A perspectiva de Testoni e Belther, em seu artigo “Educação de Jovens, Adultos e Idosos: O Reconhecimento da diversidade e o direito à educação para todos” (2022), reforça o que Peres afirma. Eles destacam a importância de reconhecer a diversidade dos educandos e a necessidade de estratégias educacionais inclusivas para atender às diferentes realidades e necessidades dos alunos:

“A Educação de Jovens, Adultos e Idosos é o retrato das desigualdades sociais e econômicas do Brasil. Isto ocorre porque existem duas faces desse problema: na primeira delas uma escola excludente diante da diversidade e na outra, o direito de aprender independentemente da idade e condição social.” (p. 97-98)

Em Belém do Pará, na Universidade Federal do Pará, o Programa Universidade da Terceira Idade (UNITERCI) desenvolve três projetos destinados a homens e mulheres a partir dos 60 anos e que não são voltados à formação profissional (UFPA, 2023). Para exemplificar, as autoras Andrea Mello Pontes e Ingrid Castro de Sá Pereira, em seu artigo “Velhices e Relações de Gênero: Um estudo preliminar junto às idosas participantes do grupo de convivência UNITERCI/UFPA”, descrevem:

O Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão UNITERCI, é um Grupo de Convivência da Terceira Idade, vinculado às práticas do curso de Serviço Social da UFPA, objetiva proporcionar a aquisição de novos conhecimentos acerca do processo de envelhecimento e velhice, oportunizando aos idosos a melhoria da sua qualidade de vida, autoestima o exercício consciente da cidadania, o fortalecimento das relações interpessoais e intergeracionais, inclusão digital e social, bem como, colaborar na transformação da concepção da sociedade do que é ser idoso, na atual conjuntura. (...) A partir do levantamento quantitativo de homens e mulheres, participantes da 32ª e 33ª turma do projeto “Atualização Cultural na Terceira Idade”, constatou-se que do total de 63 participantes da 32ª turma, 11 são homens (17,4%) e 52 são mulheres (82,6%). Na 33ª turma, não houve significativas alterações. Verificou-se que do total de 60 participantes, 9 são homens (15%) e 51 são mulheres (85%). (2019, p. 7).

Em outras palavras, compreendemos que os autores compartilham que a EJAI é uma modalidade de ensino que visa garantir o direito à educação para todos, independentemente da idade e da condição social. No entanto, eles também apontam a existência dos desafios e problemas persistentes nessa modalidade, como a falta de

reconhecimento da diversidade dos alunos, o pouco investimento voltado à esse modelo educacional, o que leva uma precariedade no ensino, mesmo que sejam criados aparatos, projetos, modalidades como a EJA, etc., a população idosa que busca o ingresso na área educacional não encontra o suporte e assistência necessária para o atendimento de suas necessidades específicas.

Para Testoni e Belther, o educador brasileiro Paulo Freire exerceu influência significativa na Educação de Jovens, Adultos e Idosos. Sua metodologia permitiu que os educandos se conectassem com o mundo em que vivem, sem exclusão. Freire reconhecia que os indivíduos não estão alheios à realidade imposta pela sociedade capitalista; pelo contrário, são sujeitos com direitos, capazes de pensar criticamente e intervir nessa realidade. Sua missão era alfabetizar jovens e adultos, promovendo autonomia e reflexão no processo de aprendizado, superando a abordagem tradicional autoritária. Em consonância com essa visão, Santos e Andrade (2021), destacam como a estruturação da modalidade de EJA sob a perspectiva libertadora de Freire proporciona uma visão mais crítica, reconhecendo o sujeito, sua história e considerando as diversas realidades presentes no contexto educacional:

Estruturar a EJA à luz de processos pedagógicos que reconheçam o sujeito, sua história e suas expectativas significa reconhecê-lo como cidadão, agregando a pluralidade que muitas vezes é desconsiderada pela cultura escolar. Por tanto, a Educação de Jovens e Adultos necessita de transformações no sentido de atender e ampliar as pretensões dos educandos, para isso, o entendimento sobre o sujeito é fundamental (...). (p. 318, 2021)

Portanto, a Educação de Jovens e Adultos precisa de transformações no que diz respeito a atender, em sua totalidade, os grupos que dessa modalidade necessitam, trazendo ainda à discussão a concepção de Soares, o qual afirma que “para se chegar às necessidades, têm que se conhecer a realidade. A partir desse conhecimento da realidade, pode-se especificar melhor o que são as necessidades, as exigências, as expectativas, os interesses e os desejos” (2001, p. 213). Ademais, ao fazer a correlação das perspectivas desses autores, buscamos ilustrar como uma educação emancipadora se faz imprescindível nas diversas modalidades, principalmente nas que buscam incluir os mais idosos. É

fundamental, portanto, transformar a EJA em uma ferramenta política, que universaliza e inclui, que não seja apenas mais um aparelho acolhedor que media entre as desigualdades.

Segundo Goldani (2010), há uma correlação entre as sociedades ocidentais e o Brasil. Um exemplo desse tipo de discriminação é observado nos programas de permanência no emprego, que frequentemente são direcionados a pessoas consideradas “empregáveis” de acordo com sua faixa etária. Essa abordagem perpetua estereótipos e impede que os idosos participem plenamente da vida profissional e social. A autora afirma que isso tem haver com a veneração da juventude, onde a velhice é comparada a algo vergonhoso. Em indústrias com foco absoluto aos jovens, como o entretenimento e a tecnologia computacional, os funcionários que já passaram dos 30 anos são vistos como “acabados”. Nos ambientes de trabalho, funcionários mais velhos, em alguns momentos, não são contratados ou promovidos porque os chefes com a justificativa de que eles não são flexíveis comparados aos mais novos. Ou seja, em um sistema capitalista que valoriza o lucro acima de tudo, os empresários costumam optar por substituir os funcionários mais velhos, por mão de obra barata e jovem.

Com isso, buscamos destacar sob essa perspectiva, a importância de se estimular a aprendizagem ao longo da vida, baseada em uma educação que busca um desenvolvimento inclusivo e democrático, que respeite os princípios constitucionais, emancipatórios e humanistas na formação dos educandos. Assim, é necessário que a escola seja um lugar onde os idosos possam acessar os saberes em sua totalidade e não somente os saberes básicos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise detalhada dos dados e revisão crítica da literatura permitiram identificar a interseccionalidade que deve ser levada em consideração nos estudos sobre preconceito etário no Brasil, pois o Etarismo/Idadismo não ocorre isoladamente, vários outros determinantes de discriminação e preconceito podem se interconectar e afetar determinados grupos (Goldani, n. 111, 2010). Um exemplo que trazemos é como o classismo amplia as disparidades sociais existentes e afeta desproporcionalmente pessoas

idosas, dificultando o acesso das mesmas às oportunidades no contexto educacional, além de faltar acesso à qualidade na educação e também dificultar a permanência delas nas escolas e/ou universidades.

Ainda assim, fazendo um breve retorno à concepção Goldani (2010), é importante destacar o que ela salienta ainda, que o primeiro passo para acabar com o preconceito etário, é, justamente, reconhecê-lo como um problema social. O segundo, consiste em escolher um método para assim combatê-lo e gerar a conscientização dos indivíduos a respeito das consequências desse tipo de discriminação (...) “finalmente, reconhecer o preconceito etário como um problema é o primeiro passo para eliminá-lo. O próximo consiste em escolher um método para combatê-lo e conscientizar os indivíduos a respeito das suas consequências”. (Goldani, p.428, 2010). Outro ponto que é importante destacar, é o fortalecimento das relações familiares como parte imprescindível desse processo de transformação.

Por fim, buscamos esclarecer que a educação representa para os idosos o mesmo que a vida: uma oportunidade de acessar bens e serviços, de ser e conviver com os outros, não apenas como consumidores, mas como agentes ativos que ainda podem enriquecer a sociedade com suas especificidades, em seus aspectos políticos e culturais. Ademais, é essencial defender o direito de todos à educação, para que haja uma educação sem preconceitos, que acolha cada vez mais aqueles que buscam os espaços educacionais com o propósito de oportunidades, seja para o mercado de trabalho, seja pelo fascínio do aprendizado, para assim ser possível enfrentar o retrocesso causado por ideologias fascistas e anti democráticas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O projeto ético político do serviço social: ruptura com o conservadorismo**. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2019.

Agências IBGE Notícias, 2020. PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de->

noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio> Acesso em: 15 de nov. 2023.

\_\_\_\_\_. Educação 2019, PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar). IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019.

DA SILVEIRA, Michele Marinho et al. **Educação e inclusão digital para idosos**. RENOTE, v. 8, n. 2, 2010.

DE AQUINO TESTONI, Solange Aparecida; BELTHER, Josilda Maria. **Educação de jovens, adultos e idosos**: O reconhecimento da diversidade e o direito à educação para todos. Revista de Educação, Ciência e Tecnologia (RECeT), v. 3, n. 2, p. 96-108, 2022.

DE SÁ PEREIRA, Ingrid Castro; PONTES, Andréa Mello. **VELHICES E RELAÇÕES DE GÊNERO**: um estudo preliminar junto às idosas participantes do grupo de convivência UNITERCI/UFPA. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019. 2019.

DOLL, Johannes; RAMOS, Anne Carolina; BUAES, Caroline Stumpf. **Educação e envelhecimento**. Educação e Realidade, v. 40, n. 1, p. 09-15, 2015.

Educação Integral, 2019. As desigualdades educacionais no Brasil: enfrentando-as a partir da escola. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/reportagens/desigualdades-educacionais-no-brasil/>> Acesso: 18 de dez. 2023.

GOLDANI, Ana Maria. **Desafios do "preconceito etário" no Brasil**. Educação & Sociedade, v. 31, p. 411-434, 2010.

O etarismo é prejudicial para educação como qualquer outra forma de preconceito. CNTE, 2023. Disponível em: <<https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/75922-o-etarismo-e-prejudicial-para-educacao-como-qualquer-outra-forma-de-preconceito>> Acesso em: 19 set. 2023.

PAHO - Pan American Health Organization, 2022. Relatório Mundial Sobre idadismo. Disponível em: <<https://iris.paho.org/handle/10665.2/55872>> Acesso em: 20 de dez. 2023.

PERES, Marcos. **Velhice e analfabetismo, uma relação paradoxal**: a exclusão educacional em contextos rurais da região nordeste. Revista Sociedade e Estado, v.26. n.3. 2011.

SERRA, Deuzimar Costa; FURTADO, Eliane Dayse Pontes. **Os idosos na EJA**: uma política de Educação inclusiva. Olhar de professor, v. 19, n. 2, p. 149-161, 2016.

Universidade Federal do Pará - UFPA, 2023. Programa Uniterci desenvolve projetos de inclusão para idoso... Disponível em: <<https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/14176-programa-uniterci-desenvolve-projetos-de-inclusao-para-idoso-e-recebe-inscricoes-em-fevereiro>> Acesso em: 21 de dez. 2023.